LEVANTAMENTO HISTÓRICO DA NOÇÃO DE VERBO: DAS GRAMÁTICAS GREGAS ÀS GRAMÁTICAS ATUAIS

Marcilene de Assis Alves Araujo (UFT/UnirG)

marcilenearaujo36@gmail.com

Dr. Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@yahoo.com.br

RESUMO

O surgimento da gramática tradicional teve como marco fundamental o período helenístico, como um mecanismo de preservação dos traços culturais que caracterizavam o povo grego. Desse modo, a gramática surge com finalidades práticas, mas edificada em uma disciplina teórica do pensamento da linguagem. Ao longo dos séculos, a gramática foi se sedimentando e ganhando contornos mais nítidos, em função da contribuição dos diversos povos. Nesse sentido, esse trabalho objetivou um levantamento histórico do conceito de verbo, visando analisar e comparar as definições apresentadas pelas gramáticas tradicionais, buscando identificar a regularidade, diversidade e pertinência dos critérios empregados no momento da sua conceituação. As gramáticas analisadas foram selecionadas pela abordagem predominantemente normativa e prescritiva. Para isso, o quadro teórico-metodológico está nos critérios mórfico, sintático e semântico, utilizados por gramáticos para classificar os vocábulos de uma língua. Nossos estudos partem do referencial de Câmara Jr (1986) e Neves (1987), dentre outros autores que apresentam trabalhos voltados para o ensino das estruturas linguísticas da língua portuguesa. Esperamos contribuir com os leitores e apresentamos diferentes conceitos formulados pelos gramáticos ao longo do tempo, na tentativa de revelar se houve avanços ou não nos critérios de organização desses conceitos. A língua portuguesa tem um papel de extrema relevância para a formação dos indivíduos brasileiros, tanto na vida profissional quanto no aspecto social, por isso é necessário compreender o significado das mudanças linguísticas e as possibilidades de usos delas para o ensino da língua portuguesa.

Palavras-Chave: Gramática. Ensino. Mudança linguística.

1. Introdução

O homem, desde os tempos mais remotos, comunica-se com seus semelhantes, por meio de desenhos, gestos, sinais e sons, diferenciando-

se dos outros seres por meio da linguagem. Desse modo, o ser humano está em constante evolução espiritual, psicológica, social, política, linguística, tornando-se imprescindíveis as mudanças no aspecto educacional tanto nas suas propostas pedagógicas quanto nas teorias que tratam dos aspectos de desenvolvimento da linguagem, tornando-se necessário reconhecer que a evolução do homem e suas mudanças sociais merecem estudos e aprofundamentos.

A linguagem está presente em toda parte, permeando nossos pensamentos, mediando nossas relações com os outros. Embora a ciência que ocupa do estudo da linguagem estrutura-se como área de conhecimento autônoma apenas no século XIX, seu percurso é de longa data. À medida que as sociedades foram tornando-se mais complexas, o estudo da linguagem adquire novas concepções, propiciando diferentes fenômenos linguísticos.

Inicialmente, tratar de conceitos e de gramática normativa pode sugerir uma incoerência. Afinal, o ensino da gramática tradicional nas aulas de ensino básico e universitário tem sido questão de debate por linguistas e educadores, considerando que as teorias educacionais contemporâneas têm priorizado um ensino que articula a capacidade de ler e produzir textos às estratégias sociocognitivas do aluno, atribuindo-lhe competência e habilidades de uso das operações estratégicas linguístico-discursivas.

Porém, apesar dessa tendência mais contextualizada de ensino, percebe-se que o estudo das classes de palavras nas aulas de língua portuguesa tem atingido um alto percentual nas práticas pedagógicas dos professores, tornando-se importante analisar e comparar as definições apresentadas nas gramáticas tradicionais.

Nesse contexto, pretende-se com esse artigo estabelecer a trajetória do conceito do verbo enquanto classe gramatical, buscando identificar a sua regularidade, diversidade e pertinência quanto aos critérios empregados no momento da sua conceituação a partir dos componentes adotados pela gramática tradicional, de forma que se possa contribuir com profissionais da área de linguagem e estudantes universitários em geral. Pretende-se, ainda, evidenciar como as gramáticas têm apresentado esses conceitos, conforme os três critérios apresentados por Câmara Jr (1986), além de demonstrar a relevância das discussões acerca das estruturas linguísticas da língua portuguesa para a formação dos indivíduos brasileiros, tanto na vida profissional quanto no aspecto social, mostrando-lhes a

importância e a necessidade de se compreender o significado das mudanças sócio-históricas, culturais e linguísticas, além das possibilidades de usos dessas mudanças para o ensino dessa língua, bem como as responsabilidades da escola, com essa aprendizagem.

2. A gramática normativa

Historicamente, as questões linguísticas têm servido a interesses muito diversos, sendo seus estudos realizados, conforme a concepção de cada um sobre os aspectos linguísticos. A junção de fatores históricos, políticos, econômicos, sociais submetidos aos diversos interesses resultou numa série de concepções acerca do termo gramática e consequentemente daquilo que se constituiu seu ensino.

Os fatos linguísticos sempre estiveram misturados à história dos povos, a seus esforços de expansão e dominação territorial e política, a suas lutas pela hegemonia cultural, a seus intentos proselitistas retóricas; enfim, as línguas foram recebendo tratamentos diversos, conforme as também diversas condições sociais e políticas dos grupos, que as tinham como marca de sua identidade. (ANTUNES, 2007, p. 35)

Herdamos dos gregos a nossa concepção de gramática como uma força controladora que preserva a língua contra possíveis ameaças de desaparecimento. Ao longo dos séculos, foi-se atribuindo aos compêndios gramaticais um papel de instrumento controlador da língua, ao qual caberia conduzir o comportamento verbal dos falantes, tanto pela imposição de seus modelos quanto pelo seu caráter de unificação linguística.

Etimologicamente, gramática é um vocábulo grego que significa “a arte de escrever.” Platão *apud* Neves (1987, p. 105), no *Crátilo*, define gramática como a *téchne* (arte), cuja função seria o de “regular a atribuição das letras na formação dos nomes”. Na época helenística, uma *grammatiké* seria um “exame dos textos escritos” com a finalidade de resguardar as obras que representavam o espírito grego, constituindo-se em uma disciplina de cunho didático. Ela é, então, definida por Dionísio da Trácia como *empeiría*, ou seja, o conhecimento empírico. Na definição de Dionísio, tem-se a natureza dessa disciplina ao dizer que ela é prática e não especulativa. “Não é uma disciplina filosófica, pois nasce justamente porque se fixam domínios autônomos com limites preciosos e assim se fixa, fora do âmbito filosófico, um domínio totalmente linguístico” (NEVES, 1987, p. 107).

Os gregos exploraram estudos nas áreas da etimologia, da fonética e da gramática, sendo os estudos morfológicos os mais representativos. Historicamente, a gramática normativa sobressai às demais concepções de gramática, sendo que seu interesse delinea-se pela preocupação em como se deve falar e escrever.

A classificação da gramática greco-latina foi retomada por muitas outras línguas, principalmente as neolatinas, como o português. “Esse modelo de classificação vem, desde o século XIX, sendo objeto de críticas de muitos estudiosos da linguagem”, para Ribeiro (*on line*, p. 88). As classes de palavras foram criadas gradativamente com as contribuições de vários estudiosos em diferentes épocas.

Em sua conceituação, os gregos utilizavam uma mistura de critérios: semânticos, sintáticos e morfológicos, privilegiando ora um ora outro, sem estabelecer uma hierarquia de uso deles; isso ainda caracteriza nossas gramáticas, conforme constatamos ao analisar os conceitos dos verbos apresentado nas gramáticas normativas da língua portuguesa.

3. *Estudo da língua e a gramática normativa*

Pedagogicamente, o estudo de uma língua se realiza a partir de quatro aspectos: fonemas, morfemas e palavras, sintagmas e frases, e unidades semânticas. Cada uma dessas unidades linguísticas corresponde a uma determinada área de estudo: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, conforme Sautchuk (2010). Uma língua é sobretudo um produto social e cultural, sendo tomada como um código composto de unidades e leis que as reordenam e regulamentam, realizando-se mediante a interação entre todos esses aspectos e não de forma compartimentada.

Os falantes de uma língua concretizam seus atos de fala, produzindo textos orais e escritos, intercalando leis de combinação e substituição dos elementos linguísticos que compõem a estrutura da língua. Desse modo, as regras combinatórias da língua constituem os critérios que definem quais estruturas são possíveis de serem realizadas. Para ser uma estrutura bem formada, devem-se apresentar construções que não desobedeçam à gramática da língua.

Para Sautchuk (2010, p. 3) “A língua como sistema [...] permite, porém, muitas realizações concretas individuais que variam mediante um emaranhado de fatores e que representam a diversidade de uso”. Isso

propicia ao falante a identificação de estruturas linguísticas possíveis ou não. A língua possui dois níveis de estrutura: morfologia e a sintaxe, sendo a morfologia atuante na estrutura interna gramatical e a sintaxe que trata da distribuição das palavras.

Desse modo, entendemos que a reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da língua torna-se relevante, ocupando seu lugar na escola, pois isso permitirá ao aluno, no momento certo, desenvolver sua habilidade intelectual de produzir conhecimento. Dado o exposto, apresentamos a seguir, uma reflexão sobre as questões morfológicas do verbo, por meio do esboço de como as gramáticas têm apresentado os conceitos do verbo.

4. Procedimentos e critérios de análise

Esse é um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, visando um diálogo dos conceitos apresentados pelas gramáticas de modo a identificar os critérios utilizados pelos autores e como isso reflete no processo de ensino e aprendizagem.

Como critério de seleção das obras analisadas consideramos como base as características peculiares de adequação aos padrões de inserção das gramáticas normativas, de caráter predominantemente prescritivas, que definem a língua “cultura” urbana como parâmetro de modelo ideal a ser seguido e que não priorizam as variações linguísticas inerentes a qualquer língua, em nome de um ideal linguístico, segundo Callou *in* Viera e Brandão (2011). São obras que se centram nos aspectos de análise na oração, como elementos essenciais para o ensino, reduzindo, portanto, a possibilidade de articular o conhecimento gramatical com a competência textual e discursiva do aluno.

Para procedermos com a análise das definições dos verbos apresentados nos compêndios de gramática estudados, fez-se necessário a identificação dos critérios empregados pelos gramáticos no momento da conceituação. Dessa forma, conforme os estudos de Câmara Jr. (1986), partimos dos três critérios: o semântico, o mórfico e o sintático utilizados para analisar os conceitos das classes de palavras, e como tais critérios são, em princípio, utilizados para classificar o verbo na língua portuguesa.

Em alguns conceitos evidenciamos apenas um critério, em outros evidenciamos a junção de critérios como o semântico e mórfico e ainda o semântico e o sintático, conforme apresentado abaixo.

5. *Critério do ponto de vista semântico*

Conforme Câmara Jr. (1986, p. 77), o critério semântico se baseia no significado extralinguístico da palavra, isto é, o que o vocábulo significa “do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua”. Para Gurpilhares (2004, p. 48), o critério semântico ocorre “quando se estabelecem tipos de significado como base para a atribuição de palavras a classes”.

Dessa forma, quando Almeida (1981, p. 164) define, por exemplo, que o “verbo é toda palavra que indica ação ou resultado de ação (estado), Macedo (1979, p. 162), que “verbo indica o processo, a ação, o acontecimento”, ou de acordo com Concesso, (2000, p. 41) “Verbo é uma palavra que exprime ação, estado, fato ou fenômeno”. Podemos, então, identificar o critério da significação, sendo anulados os conhecimentos referentes ao mórfico e sintático.

Ainda quando a definição de verbo deixa de lado aqueles que se esvaziam de conteúdo significativo, servindo apenas para ligar um nome a um sujeito verbal, como em “verbo é aquele elemento que exprime o fato que se comunica a alguém”, segundo Filho, *apud* Macedo, (1979, p. 163), temos o critério semântico. Mas esse critério semântico não é suficiente para caracterização do verbo, porque ações, estados fenômenos podem ser expressos também por substantivos. “E isso é tão verdadeiro que a distinção entre nome e verbo é linguística e não formal” (MACEDO, 1979, p. 162).

Desse modo, essa definição tradicional de verbo, que explora apenas o aspecto semântico, só apresenta valor se for entendida na perspectiva do tempo, uma vez que outras palavras também podem carregar a ideia de ação, sendo que os verbos também podem expressar outras ocorrências, inclusive qualidade. Dado isso, verifica-se que ao critério semântico devem ser acrescentados critérios de uma dimensão morfológica, corroborando com Gurpilhares (2004), sendo necessário atermo-nos a outras abordagens para identificar suas propriedades gramaticais e entender o que é verbo.

6. Critério do ponto de vista mórfico

Para Câmara Jr. (1986, p. 77), o critério mórfico baseia-se “em propriedades de forma gramatical” e, seguindo esse critério para definição, temos em Sacconi (1989, p. 151) o verbo como “a palavra que podemos conjugar, ou seja, que podemos fazer passar por quatro variações, chamada flexões”; ou em Cunha (1985, p. 367), “verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo”; e ainda em Lima:

o verbo, que denota ação, estado, ou fenômeno, é a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais. Esses acidentes gramaticais fazem com que ele mude de forma para exprimir cinco ideias: voz, modo, tempo, número e pessoa (LIMA, 1980, p. 107)

Seguindo o critério do ponto de vista morfológico, no qual os verbos assumem diferentes formas, entendemos que os verbos podem ser facilmente identificados, devido ao caráter de admitirem desinências de número, pessoa, tempo e modo. Mas não é totalmente válido, pois, segundo Sautchuk (2010) os verbos em suas formas nominais no infinito pessoal, participípio ou gerúndio admitem os mesmos critérios, a exceção da forma nominal do gerúndio que não tem a flexão de gênero ou número. Portanto, como afirma Sautchuk (2010) uma identificação de natureza morfossintática seria mais eficaz, pois para ela o verbo é uma palavra que não deixa de ser marcada por desinências, sendo sempre vinculada a um pronome pessoal do caso reto, mesmo quando não no expreso enunciado.

7. Critério do ponto de vista semântico e mórfico

Apresentamos a seguir recortes dos conceitos de verbo que seguem critérios híbridos entre as categorias de critérios semântico e mórfico. Segundo Nicola e Infante (1991) “verbo é a palavra que se flexiona em número, pessoa, tempo, modo e voz. Em termos significativos, o verbo costuma indicar uma ação, um estado ou um fenômeno da natureza” (NICOLA & INFANTE, 1991, p. 106).

Já para Ali (2001, p. 101)

Verbo é a criação linguística destinada a expressar a noção predicativa. Denota ação ou estado e nas línguas do grupo ariano possui sufixos próprios, com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural; em alguns idiomas também o dual), o tempo (atual, vindouro ou pretérito) e o modo da ação (real, possível etc.)

Isso nos permite averiguar que algumas gramáticas, como essas de Nicola e Infante e Ali; já buscam critérios mais expressivos para a caracterização do verbo, mas não adotam princípios de contextualização e nem preceitos discursivos em seus conceitos.

8. *Conceitos que envolvem os critérios semântico e sintático*

Para Luft (1978) e Cunha (1981), a classificação deve seguir critérios semânticos e sintáticos, os quais demonstram, tanto aspectos da significação, quanto das suas funções. Para Luft (1978, p. 93 e 94), verbo é

[...] a palavra que exprime um processo, apresentando ações, fenômenos, estados ou mudanças de estado, situados no tempo [...] Além disso, tem o verbo papel saliente na frase: é o termo essencial do enunciado, o núcleo da oração, da frase.

Para Luft, o verbo se diferencia, assim, do nome, pois o nome exprime as realidades estaticamente, enquanto o verbo o faz dinamicamente. “O nome situa o ser no espaço; o verbo representa-o no tempo, sob a forma de ação, movimento, estado” (LUFT, 1978, p. 94). Para Cunha (1981, p. 209), o “verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. Na oração exerce a função obrigatória de predicado”.

Podemos verificar que os verbos pertencem a uma classe de difícil definição, pois se examinarmos pelo critério sintático teríamos uma lacuna quanto ao tipo de predicado que pode não ser verbal, pelo critério semântico teríamos a confusão para definir também a classe dos substantivos.

9. *Considerações finais*

Nossos estudos apontaram uma relação bem próxima entre os conceitos da gramática grega e os apresentados pelas gramáticas atuais, tanto no que concerne aos critérios de organização dos conceitos quanto à influência da gramática normativa nas nossas escolas, tida como parâmetros, independentemente dos contextos socioculturais diversos nas quais é utilizada. Além do mais, essa diversidade de critérios utilizados nos conceitos dificulta o processo ensino aprendizagem.

Observamos, ainda, que as gramáticas da língua portuguesa seguem a mesma complexidade das gramáticas greco-latinas. E, na verda-

de, essas gramáticas se ocupam muito de mostrar os recursos de que a língua dispõe e os valores atribuídos a determinados usos desses recursos. Nelas são projetadas muito mais regras fixas e proibições que ficam somente na exterioridade das nomenclaturas e classificações, sem priorizar os conhecimentos relativos ao funcionamento dessa gramática na diversidade de seu uso e na complexidade de nossa atividade comunicativa.

O ensino da língua portuguesa nas escolas brasileiras por muitas décadas foi submetido a uma visão tradicionalista, desprezando o fato de que a língua é heterogênea e permeada de variações que fazem parte do contexto social e cultural de professores e principalmente de alunos que frequentam as escolas públicas no Brasil. Desse modo, a análise das definições do conceito de verbo encontradas nas gramáticas pesquisadas demonstrou que o ensino de língua portuguesa ainda é pautado por concepções teóricas e ideológicas impregnadas de fundamentos que centram na uniformidade do discurso e que ignoram a diversidade linguística tão presente em nosso país.

Portanto, esse estudo demonstrou que um trabalho de análise e revisão do material didático pedagógico, em especial, das gramáticas utilizadas pelos professores, em sala de aula, torna-se imprescindível, pois em tantos anos o que se percebe é um cenário de repetição de informações, e as mudanças ainda estão num processo lento e desarticulado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 1981

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. ver. e atual. por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ANTUNES, Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Orgs). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CONCESSO, José Francisco da Silva. *Latim: primeiros passos*. Brasília: Ser, 2000.

CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Gramática de base*. 2. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1981.

GURPILHARES Marlene Silva Sardinha. As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica. *Revista Janus*, Lorena, ano 1, n. 1, p. 41-51, 2004. Disponível em:

<<http://publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/10/9>>.

Acesso em: 20-05-2014.

LIMA Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida: explicação da nomenclatura gramatical brasileira*. 8. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

MACEDO, Walmírio. *Gramática de ouro da língua portuguesa: Guia prático de fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Ediouro, 1979.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec; Universidade de Brasília, 1987.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 7. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

RIBEIRO, Maria das Graças Carvalho. *Morfologia da língua portuguesa*. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/morfologia_da_lingua_portuguesa>. Acesso em: 25-06-2014.

SACCONI, Luiz Antônio. *Gramática essencial da língua portuguesa: teoria e prática*. 4. ed. rev. São Paulo: Atual, 1989.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 2. ed. Barueri: Manole, 2010.